

Fundação Bienal de São Paulo

**Demonstrações financeiras em
31 de dezembro de 2019**

Conteúdo

Relatório dos auditores independentes sobre as demonstrações financeiras	3
Balancos patrimoniais	6
Demonstrações dos resultados dos exercícios	7
Demonstrações dos resultados abrangentes	8
Demonstrações das mutações do patrimônio social	9
Demonstrações dos fluxos de caixa	10
Notas explicativas às demonstrações financeiras	11



KPMG Auditores Independentes
Rua Arquiteto Olavo Redig de Campos, 105, 6º andar - Torre A
04711-904 - São Paulo/SP - Brasil
Caixa Postal 79518 - CEP 04707-970 - São Paulo/SP - Brasil
Telefone +55 (11) 3940-1500
kpmg.com.br

Relatório dos auditores independentes sobre as demonstrações financeiras

Aos Conselheiros e Diretores da Fundação Bienal de São Paulo São Paulo - SP

Opinião

Examinamos as demonstrações financeiras da Fundação Bienal de São Paulo (“Fundação”), que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2019 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, compreendendo as políticas contábeis significativas e outras informações elucidativas.

Em nossa opinião, as demonstrações financeiras acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da Fundação Bienal de São Paulo em 31 de dezembro de 2019, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis às pequenas e médias empresas e a Resolução CFC nº 1409/12 que aprova a ITG 2002 – entidades sem finalidade de lucros.

Base para opinião

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir intitulada “Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras”. Somos independentes em relação à Fundação, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Responsabilidades da administração pelas demonstrações financeiras

A administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis às pequenas e médias empresas e a Resolução CFC nº 1409/12 que aprova a ITG 2002 – entidades sem finalidade de lucros - pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.



Na elaboração das demonstrações financeiras, a administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Fundação continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações financeiras, a não ser que a administração pretenda liquidar a Fundação ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Os responsáveis pela governança da Fundação são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações financeiras.

Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações financeiras.

Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.
- Obtivemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas, não, com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Fundação.
- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração.
- Concluímos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Fundação. Se concluímos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações financeiras ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Fundação a não mais se manter em continuidade operacional.



- Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações financeiras, inclusive as divulgações e se as demonstrações financeiras representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.

Comunicamo-nos com a administração a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.

São Paulo, 13 de abril de 2020

KPMG Auditores Independentes
CRC 2SP014428/O-6

Eduardo Tomazelli Remedi
Contador CRC 1SP-259915/O-0

Fundação Bienal de São Paulo

CNPJ: 60.991.585/0001-80

Balancos Patrimoniais em 31 de dezembro de 2019 e 2018*(Em milhares de Reais)*

Ativo	Notas	2019	2018	Passivo	Notas	2019	2018
Circulante				Circulante			
Caixa e equivalentes de caixa	3	7.128	1.776	Fornecedores sem restrição	8	23	109
Recursos financeiros com restrição	4	18.282	6.017	Fornecedores com restrição	8	124	80
Adiantamentos e créditos a receber	5	99	70	Empréstimo	9	-	1.667
				Obrigações com empregados	10	1.383	1.195
				Obrigações tributárias	11	48	40
				Adiantamento de cessionários	12	3.497	1.384
				Subvenções a realizar	13	18.278	5.921
		25.509	7.863			23.353	10.396
Não circulante				Não circulante			
Depósitos judiciais	13	47	48	Provisão para contingências	14	-	74
Imobilizado	6	4.261	4.625	Subvenções a realizar	13	916	1.063
Intangível	7	1.015	1.086			916	1.137
		5.323	5.759	Patrimônio líquido			
				Patrimônio social	15	3.076	(1.606)
				Outras reservas	15	2.437	2.437
				Reserva de reavaliação	15	1.050	1.258
						6.563	2.089
Total do ativo		30.832	13.622	Total do passivo e patrimônio líquido		30.832	13.622

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras

Fundação Bienal de São Paulo

CNPJ: 60.991.585/0001-80

Demonstrações dos resultados dos exercícios

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2019 e 2018

(Em milhares de Reais)

	Notas	2019	2018
Receitas operacionais			
Com restrição			
Programas de atividade cultural	17	14.118	23.261
Rendimentos financeiros	17	125	309
Sem restrição			
Contribuições e doações	17	10.661	11.713
Rendimentos financeiros	17	117	128
Trabalho voluntário	21	299	276
Total das receitas operacionais		25.321	35.687
Custos das atividades			
Custos gerais com projetos	18	(6.877)	(17.414)
(=) Resultado bruto		18.444	18.273
Despesas com pessoal - projetos	18	(7.366)	(6.156)
Despesas com pessoal - próprias	19	(3.094)	(5.245)
Despesas administrativas e gerais - próprias	19	(2.701)	(8.493)
Trabalho voluntário	21	(299)	(276)
Despesas com depreciação e amortização	6 e 7	(328)	(318)
Despesas fiscais, trabalhistas e cívicas	19	(23)	118
Despesas financeiras	19	(159)	(856)
Total das despesas das atividades		(13.970)	(21.225)
(Déficit) / superavit dos exercícios		4.474	(2.952)

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras

Fundação Bienal de São Paulo

CNPJ: 60.991.585/0001-80

Demonstrações dos resultados abrangentes

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2019 e 2018

(Em milhares de Reais)

	2019	2018
Superávit/Deficit do exercício	<u>4.474</u>	<u>(2.952)</u>
Outros resultados abrangentes	-	-
Resultado abrangente total	<u>4.474</u>	<u>(2.952)</u>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras

Fundação Bienal de São Paulo

CNPJ: 60.991.585/0001-80

Demonstrações das mutações do patrimônio social

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2019 e 2018

(Em milhares de Reais)

	Patrimônio Social	Reserva de Capital	Reserva de Reavaliação	Superavit/Déficit Acumulados	Total
Saldos em 01 de Janeiro de 2018	199	2.437	1.467	939	5.042
Realização das reservas de reavaliação	-	-	(209)	209	-
Déficit do exercício	-	-	-	(2.952)	(2.952)
Incorporação ao patrimônio					
Saldos em 31 de Dezembro de 2018	199	2.437	1.258	(1.804)	2.089
Realização das reservas de reavaliação	-	-	(209)	209	-
Superávit do período	-	-	-	4.474	4.474
Incorporação ao patrimônio	2.877	-	-	(2.877)	-
Saldos em 31 de Dezembro de 2019	3.076	2.437	1.050	-	6.563

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras

Fundação Bienal de São Paulo

CNPJ: 60.991.585/0001-80

Demonstrações dos fluxos de caixa

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2019 e 2018

(Em milhares de Reais)

Descrição	2019	2018
Superávit/déficit dos exercicios	4.474	(2.952)
Ajustes Por		
Baixa de imobilizado por obsolescência	-	36
(Reversão)/provisão para contingências	(74)	(129)
Atualização monetária de depósitos judiciais	2	(3)
Juros sobre empréstimos	132	27
Depreciação e amortização	476	465
(Déficit) / superávit dos exercicios ajustados	5.010	(2.556)
Fluxo de caixa das atividades operacionais		
Recursos Financeiros com restrição	(12.265)	7.054
Créditos a receber	(28)	24
Depósitos judiciais	-	(4)
Pagamento de contingência	-	(250)
Fornecedores com e sem restrição	(41)	107
Obrigações tributárias	8	4
Obrigações com empregados	187	165
Adiantamento de cessionários	2.112	564
Outras contas a pagar	-	(1.144)
Subvenções a realizar	12.210	(7.426)
Caixa utilizado nas atividades operacionais	2.183	(906)
Fluxos de caixa das atividades de investimentos		
Aquisições de bens imobilizados e intangíveis	(43)	(154)
Caixa líquido aplicado nas atividades de investimentos	(43)	(154)
Fluxos de caixa das atividades de financiamentos		
Recursos provenientes de novos empréstimos	-	2.000
Pagamento de empréstimo	(1.799)	(359)
Caixa líquido proveniente das atividades de financiamento	(1.799)	1.641
Aumento (redução) líquida de caixa e equivalentes de caixa	5.351	(1.974)
Caixa e equivalentes de caixa no início do exercício	1.776	3.751
Caixa e equivalentes de caixa no final do exercício	7.128	1.776

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras

Notas explicativas às demonstrações financeiras

(Em milhares de Reais)

1 Contexto operacional

A Fundação Bienal de São Paulo (“FBSP”) é pessoa jurídica de direito privado, sem fins lucrativos, com sede e foro na cidade de São Paulo, Estado de São Paulo, onde está estabelecida no Parque do Ibirapuera, Portão 3, Pavilhão "CICCILLO MATARAZZO", com prazo de duração indeterminado.

A FBSP foi criada e instituída em 8 de maio de 1962, como instituição de natureza educacional e cultural, sem vinculações políticas ou religiosas. A Fundação tem por missão apresentar e debater a arte contemporânea por meio da realização da Bienal de São Paulo e suas itinerâncias em diversas cidades do Brasil e do exterior e de outras ações pertinentes nos âmbitos nacional e internacional.

A receita da FBSP é constituída por doações, legados e subvenções de pessoas físicas ou jurídicas, nacionais ou estrangeiras, públicas ou privadas; e pela renda derivada de seu patrimônio ou da exploração de suas atividades estatutárias.

2 Resumo das principais políticas contábeis

As principais práticas contábeis aplicadas na preparação destas demonstrações financeiras estão definidas abaixo. Essas políticas foram aplicadas de maneira uniforme nos exercícios apresentados.

2.1 Base de preparação e apresentação

As demonstrações financeiras foram elaboradas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis às pequenas e médias empresas, bem como considerando as premissas da Resolução CFC nº 1409/12 que aprova a ITG 2002 – entidades sem finalidade de lucros.

A autorização para emissão destas demonstrações financeiras foi concedida pela Superintendência em 13 de abril de 2020.

As estimativas e os julgamentos contábeis são continuamente avaliados e baseiam-se na experiência histórica e em outros fatores, incluindo expectativas de eventos futuros, consideradas razoáveis para as circunstâncias. As estimativas contábeis resultantes raramente serão iguais aos respectivos resultados reais. As estimativas e premissas que apresentam um risco significativo, com probabilidade de causar um ajuste relevante nos valores contábeis de ativos e passivos para o próximo exercício social são: (a) provisão para contingências; (b) depreciação e amortização.

2.2 Caixa e equivalentes de caixa

Incluem dinheiro em caixa, depósitos bancários e aplicações financeiras de curto prazo, de alta liquidez, com vencimento igual ou inferior a noventa dias considerada a data de aquisição, que são prontamente conversíveis em um montante conhecido de caixa e que estão sujeitos a um insignificante risco de mudança de valor.

2.3 Instrumentos financeiros

2.3.1 Classificação

A FBSP classifica seus ativos financeiros sob as categorias de caixa, equivalentes de caixa, recursos financeiros e recebíveis. A classificação depende da finalidade para a qual os ativos financeiros foram adquiridos. A administração determina a classificação de seus ativos financeiros no reconhecimento inicial. A FBSP não possui ativos financeiros classificados como avaliados ao valor justo com ajuste em resultados abrangentes ou mantidos ao custo amortizado.

Ativos financeiros ao valor justo por meio do resultado

Os ativos financeiros ao valor justo por meio do resultado são ativos financeiros mantidos para fins de liquidez e uso frequente em suas operações.

Os ativos financeiros avaliados a valor justo correspondem a Certificados de Depósitos Bancários, valorizados com base no rendimento auferido no período, calculado com base na taxa de juros aplicável para seu resgate imediato.

2.3.2 Reconhecimento e mensuração

As aplicações e resgates de ativos financeiros são reconhecidos na data de negociação. Os ativos financeiros ao valor justo por meio do resultado são inicialmente, reconhecidos pelo valor justo, e os custos da transação são debitados ao resultado. Os ativos financeiros são baixados quando os direitos de receber fluxo de caixa tenham vencido ou tenham sido transferidos, significativamente, todos os riscos e os benefícios da propriedade.

Os ganhos ou as perdas decorrentes de variações no valor justo de ativos financeiros mensurados ao valor justo são apresentados na demonstração do resultado em "Receitas financeiras" e "Despesas financeiras", no período em que ocorrem.

A norma contábil para instrumentos financeiros estabelece uma hierarquia de três níveis para valor justo, a qual prioriza as informações quando da mensuração do valor justo pela FBSP, para maximizar o uso de informações observáveis e minimizar o uso de informações não observáveis. Os ativos da FBSP estão integralmente classificados no Nível 2, descrito abaixo:

- **Nível 2:** *inputs*, exceto os preços cotados incluídos no Nível 1, que são observáveis para o ativo ou passivo, diretamente (preços) ou indiretamente (derivado de preços).

2.4 Recursos financeiros com restrição

Estão representados por saldos bancários, demonstrados ao custo, e aplicações financeiras de curto prazo, demonstradas ao custo acrescido dos rendimentos auferidos até a data do balanço, a serem aplicados na execução dos projetos.

2.5 Imobilizado e intangível

O ativo imobilizado é demonstrado pelo custo, menos depreciação acumulada. O custo inclui os gastos diretamente atribuíveis à aquisição dos bens.

A depreciação dos ativos é calculada usando o método linear para alocar seus custos durante a vida útil estimada dos ativos.

O intangível está representado pelo Dossiê Ciccilo Matarazzo, documentações iconográficas das bienais, softwares e licenças de uso softwares. A amortização é calculada com base no método linear de acordo com a vida útil dos ativos. Os custos associados à manutenção de softwares são reconhecidos como despesa, conforme incorridos.

2.6 Fornecedores

As contas a pagar aos fornecedores são inicialmente reconhecidas pelo valor justo e, subsequentemente, mensuradas pelo custo amortizado.

Refere-se a obrigações a pagar por bens ou serviços que foram adquiridos de fornecedores no curso normal das atividades, sendo classificadas no passivo circulante se o pagamento for devido no período de até um ano da data-base das demonstrações financeiras. Caso contrário, os saldos são apresentados no passivo não circulante.

2.7 Demais ativos e passivos circulantes

Os demais ativos são apresentados ao valor de custo ou de realização, incluindo, quando aplicável, os rendimentos e as variações monetárias auferidas.

Os demais passivos são demonstrados pelos valores conhecidos ou calculáveis, acrescidos, quando aplicável, dos correspondentes encargos e das variações monetárias incorridas.

2.8 Provisões

As provisões são reconhecidas quando: (i) a FBSP tem uma obrigação presente ou não formalizada como resultado de eventos passados; (ii) é provável que uma saída de recursos seja necessária para liquidar a obrigação; e (iii) o valor possa ser estimado com segurança.

2.9 Contingências ativas e passivas

O reconhecimento, a mensuração e a divulgação das contingências ativas e passivas e obrigações legais são efetuados de acordo com os seguintes critérios:

- **Contingências ativas** - não há ganhos contingentes significativos que requeiram divulgação.
- **Contingências passivas** - são provisionadas levando em conta a opinião dos assessores jurídicos, a natureza das ações, a similaridade com processos anteriores, a complexidade e o posicionamento de tribunais, quando a perda for avaliada como provável e quando os montantes envolvidos forem mensuráveis com suficiente segurança. As contingências passivas classificadas como perdas possíveis não são provisionadas, sendo apenas divulgadas em notas explicativas às demonstrações financeiras, e as classificadas como perda remota não requerem provisão ou divulgação.

2.10 Patrimônio líquido

Constituído pela dotação inicial de seus outorgantes instituidores, acrescido ou diminuído do resultado apurado em cada exercício, e por doações recebidas de terceiros registradas na conta de reservas de capital.

2.11 Trabalho voluntário

A Resolução CFC nº 1.409 que aprovou a NBC ITG Entidade sem fins lucrativos, determina que o trabalho voluntário deve ser reconhecido pelo valor justo da prestação do serviço como tivesse ocorrido o desembolso financeiro.

2.12 Reconhecimento da receita

As receitas com doações que não requerem cumprimento de obrigações por parte da Instituição são registradas conforme o recebimento dessas doações. Os custos e despesas são reconhecidos pelo regime de competência. As receitas com contribuição governamental são reconhecidas de acordo com os requerimentos da NBC TG 07 - subvenção e assistências governamentais.

A receita de cessão de espaço é reconhecida no resultado em função da sua realização. Uma receita não é reconhecida se há uma incerteza significativa na sua realização.

a. Receita financeira

A receita financeira é reconhecida com base no método de taxa de juros efetiva.

3 Caixa e equivalentes de caixa

Abaixo apresentamos a composição de caixa e equivalentes de caixa:

	2019	2018
Caixa	3	3
Bancos conta movimento	123	104
Certificados de depósitos bancários - CDB	<u>7.002</u>	<u>1.669</u>
	<u>7.128</u>	<u>1.776</u>

As aplicações financeiras são remuneradas, substancialmente, com taxa de juros, equivalente a 98% da variação do Índice de Depósito Interbancário (DI), sendo ativos financeiros de alta liquidez e risco insignificante de mudança de valor. Os rendimentos auferidos até a data do balanço são apropriados ao resultado do exercício. As referidas aplicações não estão sujeitas a qualquer penalidade pelo seu resgate antecipado.

4 Recursos financeiros com restrição

Refere-se a recursos oriundos de contribuições de leis de incentivo recebidas para a realização dos projetos específicos, e estão apresentados da seguinte forma:

Bancos conta movimento - com restrição	2019	2018
Plano Anual 2018 FBSP - Pronac 177114	-	2
Plano Anual 2019 FBSP - Pronac 182614	3.000	2.657
Subvenção da Prefeitura do Município de São Paulo 2018	-	49
Plano Anual 2018 FBSP - ProAC 24864	-	1
Subvenção Prefeitura do Município de São Paulo 2019	38	-
Plano Anual 2020 FBSP - Pronac 191925	12.775	-
	15.813	2.709
Aplicações financeiras em CDB - com restrição	2019	2018
Subvenção Prefeitura do Município de São Paulo 2018	-	2.696
Plano Anual 2018 FBSP - ProAC 24864	-	225
Programa municipal de apoio a projetos culturais - Promac 2018042500019	-	387
Subvenção Prefeitura do Município de São Paulo 2019	2.319	-
Plano Anual 2019 FBSP - ProAC 27210	150	-
	2.469	3.308
Totais	18.282	6.017

Os principais saldos em Bancos - conta movimento – com restrição em 31 de dezembro de 2019 e 2018 representam recursos transferidos à instituição pelos doadores, porém ainda não formalmente transferidos à conta da instituição pela Secretaria Especial da Cultura. Após essa liberação são aplicados no mercado financeiro.

As aplicações financeiras são remuneradas, substancialmente, com taxa de juros equivalente a 98% da variação do Índice de Depósito Interbancário (DI), sendo ativos financeiros de alta liquidez e risco insignificante de mudança de valor. Os rendimentos auferidos até a data do balanço são apropriados ao resultado do exercício. As referidas aplicações não estão sujeitas a qualquer penalidade pelo seu resgate antecipado.

5 Créditos a Receber

Os créditos a receber estão representados da seguinte forma:

	2019	2018
Créditos a receber (i)	42	12
Fornecedores (ii)	1	15
Adiantamento de férias e 13º salário	36	22
Prêmios de seguros a apropriar	20	21
	99	70

- (i) Os créditos a receber são reembolsos de despesas dos cessionários, a título de ressarcimento pelo consumo de energia elétrica e água, pintura do pavilhão referente à área utilizada e por eventuais danos estruturais causados nas dependências do pavilhão durante a realização de seus eventos, e a última parcela de serviços prestados de curadoria e produção da mostra brasileira durante a 58ª Exposição Internacional de Arte, a Bienal de Veneza.
- (ii) Trata-se de valores adiantados a fornecedores e prestadores de serviços para futura prestação de contas e são baixados da contabilidade após a entrega da correspondente documentação fiscal ou ressarcimento do valor.

6 Imobilizado

Abaixo apresentamos a composição do ativo imobilizado.

Imobilizado sem restrição	Prazo de depreciação (Em anos)	Taxa anual	2019		2018	
			Custo	Depreciação acumulada	Líquido	Líquido
Benfeitorias em imóveis de terceiros – revitalização do pavilhão da Bienal (i)	25	4%	3.562	(1.210)	2.352	2.499
Equipamentos de informática	5	20%	307	(206)	101	96
Instalações	10	10%	2.870	(2.038)	832	975
Máquinas/equipamentos	10	10%	366	(288)	78	87
Móveis e utensílios	10	10%	984	(569)	415	467
Veículos	5	20%	105	(105)	-	-
Equipamentos de comunicação	10	10%	7	(7)	-	-
Benfeitorias em imóveis de terceiros – reforma no térreo do pavilhão da Bienal (ii)	25	4%	548	(65)	483	500
			8.749	(4.488)	4.261	4.625

- (i) Refere-se a revitalização geral do pavilhão da Bienal, visando principalmente a adequação à normas de segurança.
- (ii) Refere-se a reforma do térreo do pavilhão da Bienal.

A movimentação do imobilizado está assim representada:

	2019	2018
No início do exercício	4.625	4.882
Aquisição de bens	33	154
Baixas de bens	-	(36)
Depreciação – revitalização do pavilhão - Nota explicativa 13 (i)	(147)	(147)
Despesas com depreciação	(250)	(218)
No final do exercício	4.261	4.625

7 Intangível

	Prazo de depreciação	Taxa ao ano	2019		2018	
			Custo	Amortização acumulada	Líquido	Líquido
Dossiê Ciccillo Matarazzo (i)	10	10%	394	(202)	192	233
Bienais (ii)	10	10%	360	(185)	175	212
Acervo (iii)	-	-	639	-	639	639
Software	5	20%	1.079	(1.079)	-	-
Licença uso de software	5	20%	71	(62)	9	2
			2.543	(1.528)	1.015	1.086

- (i) Dossiê Ciccillo Matarazzo refere-se a um conjunto de documentos históricos, no qual se encontram documentos, fotografias e objetos pessoais de Ciccillo Matarazzo, fundador da FBSP e outras instituições. Este conjunto de documentos foi doado pela família à FBSP após a morte de Ciccillo Matarazzo. O montante registrado se refere ao empenho de limpeza, conservação e catalogação dos documentos históricos recebidos.

- (ii) Esse saldo refere-se à documentação iconográfica das Bienais e à restauração, conservação e higienização do acervo do Arquivo Histórico da Fundação. Foi realizado um plano de classificação, ordenação e das ampliações fotográficas, revisão do banco de dados e núcleo de gestão documental. Implantamos a depreciação da Documentação Iconográfica das Bienal à partir de 2015 com taxa de depreciação de 10% aa.
- (iii) O Arquivo Histórico da Bienal contém documentos, pastas, livros, fotografias, negativos, filmes e outros materiais relativos à produção das Bienais e arte em geral. Este arquivo é organizado e mantido pela FBSP como bem cultural de interesse histórico principalmente para consultas e pesquisas.

As obras que participam das Bienais de São Paulo não são de propriedade da Fundação: são emprestadas para a mostra ou comissionadas para serem expostas e depois entregues aos artistas. As obras incluídas no item “Acervo”, acima, são telas, gravuras, fotografias e esculturas doados à Fundação, que se encontram identificados no ativo fixo e estão fisicamente distribuídos nas dependências da área administrativa e no Arquivo Histórico da FBSP.

A movimentação do intangível está assim representada:

	2019	2018
No início do exercício	1.086	1.176
Aquisição de bens	9	-
Baixa de bens	-	-
Despesas com amortização	(79)	(90)
	1.015	1.086
No final do exercício	1.015	1.086

8 Fornecedores

Abaixo apresentamos os saldos de fornecedores segregado em: fornecedores com restrição e fornecedores sem restrição. Os fornecedores sem restrição são inerentes à manutenção das operações rotineiras da FBSP e os fornecedores com restrição estão relacionados aos projetos gerenciados pela FBSP e patrocinados pela Prefeitura do Município de São Paulo (“PMSP”) e pela Secretaria de Cultura e Economia Criativa do Estado de São Paulo (“ProAC”):

Fornecedores

	2019	2018
Fornecedores sem restrição		
Diversos	23	109
Total	23	109
Fornecedores com restrição		
PMSP 2018 (Prefeitura Municipal de São Paulo)	-	80
PMSP 2019 (Prefeitura Municipal de São Paulo)	98	-
Plano Anual 2019 0 ProAC 27210 (Secretaria e Economia Criativa do Estado de SP)	26	-
Total	124	80

9 Empréstimo

O saldo de R\$ 1.667 em 2018 se refere a capital de giro, tomado em dezembro de 2018, no valor de R\$ 2.000, com taxa ao ano de 19,70%, com prazo de liquidação em 6 meses. Este empréstimo foi integralmente liquidado no exercício de 2019.

10 Obrigações com empregados

Abaixo apresentamos a composição analítica de “obrigações com empregados”:

	2019	2018
Salários e ordenados a pagar	7	3
Contribuições sociais a recolher	425	401
Provisões para férias e encargos	<u>951</u>	<u>791</u>
Total	<u>1.383</u>	<u>1.195</u>

11 Obrigações tributárias

Abaixo apresentamos a composição analítica de “obrigações tributárias”:

	2019	2018
Impostos e contribuições a recolher	8	8
Impostos retidos terceiros a recolher	<u>40</u>	<u>32</u>
Total	<u>48</u>	<u>40</u>

12 Adiantamento de cessionários

Refere-se a contratos de Termos de Cessão de Áreas-TCA, que são pagos antecipadamente pelos cessionários para realizarem seus eventos no Pavilhão Ciccillo Matarazzo e no Lounge da FBSP. Tais adiantamentos são contabilizados como receitas (resultado) no mês da realização do evento. Em 31 dezembro de 2019, a FBSP possuía registrado o montante de R\$ 3.497(R\$ 1.384 em 2018).

13 Subvenções a realizar

As subvenções a realizar ao final do exercício de 2019 eram compostas pelos seguintes projetos:

Subvenções a realizar	Vigência		Saldos em 31/12/2018	Captação de Recursos	Rendimentos Financeiros	Transferência	Devoluções (nota explicativa 17)	Consumo	Saldos em 31/12/2019
	Valor total do Projeto	Início Fim							
Revitalização do Pavilhão (i) Plano Anual 2018 FBSP-Pronac 177114 (ii)	5.000	28/12/2009 29/09/2011	1.210	-	-	-	-	(147)	1.063
Plano Anual 2018 ProAC 24864 (iii)	37.963	01/01/2018 31/12/2018	2	-	-	8	(10)	-	-
Plano Anual 2018 Pro-Mac 2018042500019 (iv)	1.475	01/01/2018 31/01/2019	178	-	1	1	(180)	-	-
Plano Anual 2019 Pronac 182614 (v)	750	18/08/2018 31/12/2018	387	-	1	1	(388)	(1)	-
Prefeitura do Município SP 2018 (vi)	2.627	01/01/2019 31/12/2019	2.657	10.020	60	10	-	(9.747)	3.000
Plano Anual 2019 ProAC 27210 (vii)	3.307	11/12/2018 31/05/2019	2.550	-	21	-	-	(2.571)	-
Prefeitura do Município SP 2019 (vi)	1.194	16/09/2019 31/01/2020	-	658	6	-	-	(549)	115
Plano Anual 2020 Pronac 191925 (viii)	3.430	05/09/2019 31/05/2020	-	3.431	38	-	-	(1.228)	2.241
	51.740	01/01/2020 31/12/2020		12.775	-	-	-	-	12.775
			6.984	26.884	127	20	(578)	(14.243)	19.194

- (i) A revitalização do Pavilhão da Fundação Bienal foi um projeto que visou manter e restabelecer conceitos do projeto do arquiteto Oscar Niemeyer, por meio da reforma e adaptação das áreas administrativas, que foram remanejadas, retiradas e delimitadas as alvenarias e instalações provisórias, devolvendo ao pavilhão as originais e principais características arquitetônicas e seu projeto original. O saldo remanescente está sendo utilizado para compensar as despesas com depreciações.
- (ii) Plano Anual 2018 - PRONAC 177114: o objetivo do projeto foi a manutenção da Fundação Bienal de São Paulo e a realização de sua programação no ano de 2018 composta pela 33ª Exposição de Arte da Bienal de São Paulo, que teve sua programação pública com atividades culturais diversas, desenvolvimento do programa educativo, formação de plateia, publicação complementar e publicação do catálogo da exposição bem como a manutenção da instituição cultural e conservação do edifício Pavilhão Ciccillo Matarazzo.

- (iii) Plano Anual 2018 ProAC 24864: o objetivo do projeto foi dar continuidade às ações para o tratamento, preservação e difusão dos acervos reunidos no Arquivo Histórico Wanda Svevo da Fundação Bienal de São Paulo, tendo como foco o tratamento da documentação em diferentes suportes, pesquisa e atendimento ao público, manutenção e atualização do Banco de Dados. Além de garantir o acesso público de qualidade às coleções e documentos reunidos e gerados pela Fundação, a realização do projeto fortaleceu o papel do Arquivo como referência para pesquisa de arte contemporânea no Brasil e no mundo.
- (iv) Plano Anual 2018 Pro-Mac 2018042500019: o objetivo do projeto foi a manutenção da Fundação Bienal de São Paulo e a realização de parte de sua programação no ano de 2018, composta pela 33ª Bienal de São Paulo, sendo este projeto especificamente destinado a cobrir a Programação Pública com atividades culturais diversas, uma série de eventos que aconteceu ao longo da 33ª Bienal, tais como apresentações de música, dança, teatro e audiovisual, ativações de obras, encontros abertos, seminários, oficinas, palestras e performances entre outros.
- (v) Plano Anual 2019 Pronac 182614: o projeto previu a realização das atividades da Fundação Bienal de São Paulo ao longo de 2019, tais como mostras itinerantes da 33ª Bienal de São Paulo, exposição da representação brasileira na 58ª Bienal de Veneza, projeto curatorial da 34ª Bienal de São Paulo, desmontagem da 33ª Bienal de São Paulo, ações de difusão e educativas, preservação dos acervos do Arquivo Histórico Wanda Svevo e a manutenção da instituição cultural e do Pavilhão Cicillo Matarazzo. Conforme mecanismo de utilização dos planos anuais, o saldo remanescente do Plano Anual de 2019 migrará, em 2020, para o projeto Plano Anual de 2020.
- (vi) A Subvenção da Prefeitura de São Paulo é uma contribuição anual de 21.000 UFMs definida por decreto municipal. O valor desta subvenção visa à manutenção e conservação da Fundação Bienal de São Paulo e do Pavilhão Cicillo Matarazzo, incluindo pagamento de despesas administrativas da FBSP e despesas com pessoal (salários, encargos e benefícios).
- (vii) Plano Anual 2019 ProAC 27210: O Projeto prevê a realização de atividades da Fundação Bienal de São Paulo ao longo de 2019 com foco em ações de preservação e conservação do pavilhão Cicillo Matarazzo e de difusão, para o público, da história da Bienal de São Paulo e do Pavilhão no contexto da história da arquitetura e da arte no Brasil.
- (viii) Plano Anual 2020 PRONAC 191925: O projeto prevê a realização das atividades da Fundação Bienal para o ano de 2020, incluindo a realização da 34ª Bienal de São Paulo, a publicação de um catálogo com conteúdos relativos à mostra, a promoção de ações de fomento à produção artística e sua difusão, a preservação e tratamentos dos acervos do Arquivo Histórico e a manutenção de sua estrutura organizacional e administrativa.

14 Provisão para contingências

Na data das demonstrações financeiras, a FBSP apresentava as seguintes provisões para contingências e correspondentes depósitos judiciais:

	2019		2018	
	Depósito judicial	Provisão para contingência	Líquido	Líquido
Contingências trabalhistas	47	-	47	(26)
	47	-	47	(26)

Em 31 de dezembro de 2019, a FBSP não possuía processo judicial de natureza trabalhista com possibilidade de perda (1 processo em 2018).

	2018	Adição	Reversão	Baixa	2019
Contingências trabalhistas	74	-	(74)	-	-
Total:	74	-	(74)	-	-

15 Patrimônio Líquido

a. Patrimônio Social

Está apresentado pelos montantes históricos dos superávits/déficits apurados anualmente.

Abaixo apresentamos a composição analítica do “patrimônio social”:

	2019	2018
Patrimônio social	3.076	199
Reserva de capital	2.437	2.437
Reserva de reavaliação	1.050	1.258
Déficits acumulados	-	(1.804)
	6.563	2.089

b. Reserva de capital

Composta, substancialmente, pelas doações de bens recebidas desde a data de constituição da Fundação.

c. Reserva de reavaliação

Constituída em 30 de dezembro de 2006, suportada por laudos de avaliação emitidos por peritos independentes, que é decorrente de ativos próprios representados por obras civis, instalações, móveis e utensílios, equipamentos de processamento eletrônico de dados e máquinas e equipamentos, cuja reserva está sendo realizada a crédito de resultado acumulados por depreciação baseada na estimativa da vida útil econômica revisada dos bens. A realização da reserva é feita de forma linear pelo prazo de quinze anos, restando cinco anos para o término da realização.

16 Aspectos fiscais

A lei complementar a que se refere o art. 150, VI, “c”, é o Código Tributário Nacional (“CTN”), que, em seu artigo 14, fixou três requisitos para o gozo do benefício tributário pelas entidades de assistência social: (i) não distribuírem qualquer parcela de seu patrimônio ou de suas rendas, a qualquer título; (ii) aplicarem integralmente, no país, os seus recursos na manutenção dos seus objetivos institucionais; e (iii) manterem escrituração de suas receitas e despesas em livros revestidos de formalidades capazes de assegurar sua exatidão. Também introduzido em sede constitucional pelo art. 31, da Constituição Federal de 1946, mantido no art. 20 da Carta de 1969 e, finalmente, no art. 150 VI “c” da Constituição de 1988, é vedado à União, aos Estados e Municípios instituir impostos sobre a renda, patrimônio e serviços das instituições de educação e assistência social, sem fins lucrativos, atendidos os requisitos previstos em lei.

Para ser considerada uma instituição de educação e assistência social, não basta, portanto, que o estatuto social preveja a condição de que a FBSP seja ‘sem fins lucrativos’, mas também que, desde sua criação, fique claramente demonstrado, pelo objetivo estatutário e pela prática cotidiana, que a FBSP não se destina à satisfação de interesses de seus instituidores ou dirigentes, mas sim, à realização de atividades de caráter altruístico, voltadas ao interesse coletivo e ao desenvolvimento e bem estar da comunidade em que atua.

A FBSP enquadra-se dentre as pessoas jurídicas sem fins lucrativos e possui isenção subjetiva quanto ao recolhimento do imposto de renda e da contribuição social sobre o resultado. Isso significa que o desvirtuamento dos objetivos e das finalidades da FBSP, ou o não cumprimento das obrigações estabelecidas para as entidades sem fins lucrativos, conforme determina a Lei no 9.532 de 10 de dezembro de 1997, pode proporcionar a perda total da isenção da qual goza a FBSP.

Com relação aos demais tributos incidentes sobre as operações próprias de sua atividade, destacam-se o seguinte: (a) Programa de Integração Social (PIS) - contribuição de 1% incidente sobre o montante da folha de pagamentos e (b) Contribuição para o Instituto Nacional da Seguridade Social (INSS), à alíquota de 28,8% sobre o montante da folha de pagamento.

17 Receitas

Abaixo apresentamos as receitas com restrição relacionadas aos projetos e as receitas sem restrição originadas pelas operações e ações da FBSP:

Com restrição

Programas de atividades culturais

	2019	2018
Convênio - MinC -Revitalização do Pavilhão	147	147
Prefeitura Municipal de São Paulo 2017	-	2.617
Prefeitura Municipal de São Paulo 2018	2.550	757
Prefeitura Municipal de São Paulo 2019	1.189	-
Programa de Apoio a Cultura - PROAC	544	423
Programa Nacional de Apoio a Cultura - PRONAC	9.688	18.954
Programa Municipal de Apoio a Projetos Culturais - Pro-Mac	-	363
Subtotal	14.118	23.261
Rendimentos Financeiros	125	309
Total	14.243	23.570

Sem restrição

Contribuições e doações

	2019	2018
Receitas de Doações	628	2.181
Receitas de Patrocínios	3.560	2.550
Cessão de Área	5.866	4.691
Receita de Serviços Prestados	600	529
Receitas Jantar Bienal 2018	<u>7</u>	<u>1.762</u>
Subtotal	<u>10.661</u>	<u>11.713</u>
Rendimentos financeiros	117	128
Trabalho voluntário	<u>299</u>	<u>276</u>
Subtotal	<u>416</u>	<u>404</u>
Total	<u>11.077</u>	<u>12.117</u>

As receitas de doações são obtidas por meio apoio de representações (consulados e embaixadas) e institutos nacionais que colaboram com a participação dos artistas de seus respectivos países nas exposições organizadas pela FBSP.

As receitas de patrocínios (não incentivados) são obtidos por meio de parcerias com o Serviço Social do Comércio-SESC, Bloomberg, etc., por conta da parceria em conjunto de atividades nas exposições das Itinerâncias da 33ª Bienal de São Paulo em 2019.

As receitas de serviços prestados representam uma parceria com o Ministério da Cidadania para participação da FBSP na 58ª mostra internacional de Veneza.

18 Despesas gerais com projetos

Abaixo apresentamos as despesas por projeto:

	2019	2018
Despesas comerciais	(42)	(138)
Despesas com ocupação	(1.351)	(1.841)
Utilidades e serviços	(2.467)	(6.419)
Serviços prestados por terceiros	(2.721)	(8.380)
Viagens e estadias	(110)	(400)
Tributos	(36)	(76)
Despesas financeiras	(3)	(13)
Depreciação e amortização	<u>(147)</u>	<u>(147)</u>
Subtotal	<u>(6.877)</u>	<u>(17.414)</u>
Despesas com pessoal	<u>(7.366)</u>	<u>(6.156)</u>
Total - Com restrição	<u>(14.243)</u>	<u>(23.570)</u>

Os montantes de R\$ 14.243 (2018 – R\$ 23.570) estão apresentados na demonstração dos resultados em Despesas com pessoal – projetos, no valor de R\$ 7.366 (2018 – R\$ 6.156), e em custos e despesas das atividades, no valor de R\$ 6.877 (2018 – R\$ 17.414)

Durante o exercício de 2019 foi realizado o projeto denominado Plano Anual 2019 da Fundação Bienal de São Paulo, direcionado para a manutenção da instituição e a realização de sua programação para o ano de 2019. Os custos incorridos referem-se, basicamente, às despesas com folha de pagamento e encargos sociais, manutenção do pavilhão e suas equipes de apoio. Além disso, houve custos incorridos com as exposições itinerantes da 33ª Bienal de São Paulo em sete cidades brasileiras e uma no exterior: Belo Horizonte (MG), Campinas (SP), Vitória (ES), São José do Rio Preto (SP), Juiz de Fora (MG), Brasília (DF), Porto Alegre (RS) e Medellín (Colômbia).

19 Despesas das atividades – próprias

Abaixo apresentamos as despesas das atividades – sem restrição

	2019	2018
Despesas comerciais	(61)	(64)
Despesas com ocupação	302	(284)
Utilidades e serviços	(1.442)	(3.800)
Serviços prestados por terceiros	(1.236)	(3.884)
Outras despesas	<u>(264)</u>	<u>(461)</u>
Subtotal - sem restrição	<u>(2.701)</u>	<u>(8.493)</u>
Despesas com pessoal	<u>(3.094)</u>	<u>(5.245)</u>
Despesas fiscais, trabalhistas e cíveis	<u>(23)</u>	<u>118</u>
Despesas financeiras	<u>(159)</u>	<u>(856)</u>

Os valores acima foram incluídos na Demonstração do resultado do exercício em Despesas de pessoal – próprias, no valor de R\$ 3.094 (2018 – 5.245), e Despesas administrativas e gerais – próprias, no valor de R\$ 2.701 (2018 – R\$ 8.493).

20 Cobertura de seguros

Em 31 de dezembro de 2019, a posição pode ser assim sumarizada:

Modalidade	Vencimento		Cobertura
Incêndio, inclusive decorrente de tumultos; queda de raio; explosão de qualquer natureza e implosão	20/08/2020	R\$	47.000
Despesas fixas - decorrentes de incêndio, inclusive resultantes de tumultos, queda de raio, explosão de qualquer natureza e implosão P.I. = 6 meses	20/08/2020	R\$	2.750
Alagamento e/ou inundação	20/08/2020	R\$	2.000
Danos elétricos	20/08/2020	R\$	550
Equipamentos eletrônicos sem roubo	20/08/2020	R\$	300
Equipamentos estacionários	20/08/2020	R\$	500
Equipamentos móveis (com tração própria)	20/08/2020	R\$	95
Equipamentos cinematográficos, fotográficos e de televisão operados exclusivamente em estúdios, laboratórios ou reportagens externas	20/08/2020	R\$	33
Quebra de Vidros	20/08/2020	R\$	1.000
Responsabilidade civil estabelecimentos comerciais e/ou industriais	20/08/2020	R\$	350
Roubo e furto qualificado de bens nas dependências do segurado	20/08/2020	R\$	87
Roubo de valores no interior das dependências do segurado	20/08/2020	R\$	11
Tumultos, greves e lock-out	20/08/2020	R\$	170
Vazamento acidental de tanque, ruptura de encanamentos ou tubulações do próprio imóvel	20/08/2020	R\$	1.000
Vendaval, fumaça, ciclone, tornado, granizo, queda de aeronaves, impacto de veículos terrestres e fumaça	20/08/2020	R\$	850

Despesas fixas: a cobertura de despesas fixas na apólice da FBSP se justifica pela eventual impossibilidade de a mesma realizar a cessão do espaço do pavilhão para eventos de terceiros. Sendo esta sua principal fonte de receitas, caso a FBSP não aufera receitas pela cessão do espaço, poderá receber da seguradora o valor da cobertura registrada na apólice.

O valor de prêmio pago em 2019 foi de R\$ 32 (R\$ 33 em 2018). Essa despesa é registrada na rubrica “Ativo circulante – Adiantamentos e créditos a receber”, apropriado de acordo com a vigência da apólice no resultado na rubrica “Despesas administrativas e gerais”.

21 Trabalho voluntário

A Resolução CFC nº. 1.409 que aprovou a NBC ITG Entidades sem fins lucrativos, determina que o trabalho voluntário deve ser reconhecido pelo valor justo da prestação do serviço como se tivesse ocorrido o desembolso financeiro.

Em atendimento a esta norma e com base nos registros da FBSP, foram levantados e valorizados todos os trabalhos voluntários prestados para a FBSP no exercício de 2019. Este levantamento levou em consideração: os prestadores de serviços voluntários; participações dos membros do conselho de administração, conselho fiscal e diretoria executiva em reuniões durante o exercício de 2019. Essa verificação foi realizada por meio da lista de presença registradas nas atas de cada uma das reuniões.

Calculou-se o valor a ser reconhecido em 2019 para o trabalho voluntário desenvolvido na FBSP multiplicando-se o número de horas dedicadas pelos voluntários pelo valor da hora definido com base na 6ª edição da pesquisa do IBGC - Instituto Brasileiro de Governança Corporativa, sobre remuneração dos administradores em diversas empresas.

Em 31 de dezembro de 2019, a FBSP reconheceu em seu balanço o valor de R\$ 299 referente ao trabalho voluntário (R\$ 276 em 2018).

22 Outras informações

a. Processos sob análise - Ministério da Cultura - MinC

Em maio de 2013, a FBSP e o Ministério da Cultura - MinC assinaram um acordo de confissão de dívida e parcelamento de débito para reconhecer e parcelar a dívida da instituição perante ao Ministério da Cultura - MinC, tendo em vista possíveis irregularidades apontadas nas prestações de contas de repasses de recursos federais recebidos em 14 Convênios do período 1999-2007, de números: 344/1999, 012/1999, 075/2001, 366/2001, 178/2002, 505/2002, 540/2002, 177/2003, 211/2004, 520/2004, 351/2005, 888/2005, 399/2006 e 557/2007.

Por meio do acordo firmado, a FBSP reconheceu dever ao MinC a importância de R\$ 12.217, em valores atualizados até 30 de abril de 2013, a serem pagos em até 52 parcelas mensais, de acordo com um cronograma mutuamente aceito. O reconhecimento da dívida, o compromisso de pagamento parcelado e a assinatura do acordo permitiram que o nome da FBSP fosse retirado do cadastro de inadimplentes do MinC e que, assim, pudesse retomar suas atividades, apresentando novos projetos para captação de recursos incentivados, antes suspensas por conta da alegada inadimplência.

O total do acordo foi apresentado pela FBSP ao MinC, após extenso trabalho realizado entre último semestre de 2012 e primeiro trimestre de 2013 por empresa de auditoria independente contratada pela FBSP. Os auditores, sob orientação da FBSP e do MinC, identificaram todos os lançamentos contábeis dos 14 convênios e revisaram a adequação dos mesmos para fins de prestação de contas, considerando os critérios estabelecidos pela regulamentação pertinente. O montante de R\$ 12.217 corresponde à somatória das despesas glosadas nos 14 convênios firmados com a FBSP, pelo fato dessas despesas não estarem integralmente de acordo com as normas legais aplicáveis.

Abaixo apresentamos a composição dos convênios, parcelas e valores incluídos no acordo, que foram integralmente quitadas no período de janeiro a abril de 2018:

Convênio	Pronac	Nomenclatura	Saldo na data do acordo por convênio	Quantidade de parcelas por convênio
		Produção/concepção curatorial da 25ª Bienal de São Paulo		
1	344/1999 99-9385	Paulo	247	12
2	012/1999 99-6036	48ª Bienal de Veneza-Participação Brasileira	327	16
		Apoio às comemorações dos 50 Anos da Bienal de São Paulo		
3	075/2001 00-6968	Paulo	652	24
4	366/2001 01-6118	Apoio à preparação da 25ª Edição da Bienal de São Paulo	1.398	36
5	178/2002 02-7605	Apoio à realização da 25ª Bienal de São Paulo	1.146	52
6	505/2002 02-8097	8ª. Mostra Internacional de Arquitetura de Veneza	427	8
7	540/2002 02-8563	Apoio à preparação da 26ª Edição da Bienal de São Paulo	2.806	40
8	177/2003 03-6025	Pré-produção artística da 26ª Bienal de São Paulo	1.469	40
9	211/2004 04-1540	Apoio à 26ª Edição da Bienal de São Paulo - 2004	1.780	40
		Itinerância da 26ª Bienal (Salvador, Buenos Aires, Santiago e Lima)		
10	520/2004 04-6642	Plano de atividades da FBSP em 2006 - 27ªBSP,MIA	363	16
		Veneza, AHWS		
11	888/2005 05-3207	Apoio ao Encontro Nacional de Cultura Educação e Cidadania - 2006	354	8
12	351/2005 06-6927	Cidadania - 2006	92	8
13	399/2006 06-7151	Execução final da 27ª Bienal de São Paulo	1.110	16
14	557/2007 07-10110	Fomento da arte contemporânea	46	8
			12.217	

Abaixo, a situação dos 14 convênios parcelados junto ao Ministério da Cultura:

1. Convênio PRONAC 99-9385 (Convênio nº 344/1999): os pagamentos relativos a este convênio foram realizados no período de janeiro a dezembro de 2014. Em 13/02/2015, recebemos o Ofício 82/2015/GAB/SEFIC-MinC, informando que a prestação de contas havia sido aprovada conforme Laudo Final de Reversão da Reprovação nº 001/2015/CGEPC/DIC/SEFIC/MinC. Em 24/05/2017, recebemos o Ofício SEI 129/2017/G6 - Passivo CGEXE/SPOA-MINC, informando que seriam reexaminados os convênios 344/1999 e 505/2002 e, em 04/07/2017, recebemos Ofício, embasado no parecer Nº 61/2017/G6-Passivo/CGEXE/SPOA/SE, que indica a manutenção da reprovação da prestação de contas, decisão da qual a FBSP recorreu e ainda aguarda a resposta do MinC. Em 05/09/2018, recebemos o Ofício SEI 94/2018/CPCON/CGEXE/SPOA/SE-MINC, com esclarecimentos acerca das reanálises dos convênios de que trata o Acordo de Confissão de Dívida e Parcelamento de Débito, sendo que,

com relação ao Convênio 99-9385, consta reprovação da Prestação de contas em decorrência de gastos não relacionados ao Plano de Trabalho e exigência de restituição de R\$ 19. Finalmente, em 19/09/2018, recebemos o Ofício SEI 115/2018/CPCON/CGEXE/SPOA/SE-MINC, que retifica as informações do Ofício anterior e informa que, com relação ao Convênio 99-9385, após a revisão dos cálculos, a FBSP passa a ter um crédito de no valor de R\$ 3.

2. Convênio PRONAC 99-6036 (Convênio nº 012/1999): em 18/06/2018, recebemos o Ofício SEI 246/2018/G6-Passivo/CGEXE/SPOA/SE-MINC, informando que a prestação de contas relativa a este convênio havia sido aprovada, restando em favor da FBSP o saldo de R\$ 189.
3. Convênio PRONAC 00-6968 (Convênio nº 075/2001): os pagamentos relativos a este convênio foram efetuados no período de janeiro de 2014 a dezembro de 2015. Em 09/11/2017, recebemos o Ofício 293/2017/G6-Passivo/CGEXE/SPOA/SE, cujo parecer indica a reprovação da prestação de contas. A FBSP recorreu da decisão com recurso, que foi recebido como pedido de revisão. A reprovação das contas foi mantida, conforme Ofício SEI 66/2018/G6-Passivo/CGEXE/SPOA/SE-MINC e, então, foi apresentado novo recurso, que foi improvido, conforme Ofício SEI 1/2019/CPCON/CGEXE/SPOA/SE-MINC. Em 05/09/2018, recebemos o Ofício SEI 94/2018/CPCON/CGEXE/SPOA/SE-MINC, que apresenta esclarecimentos acerca das reanálises dos convênios de que trata o Acordo de Confissão de Dívida e Parcelamento de Débito, o qual informa a reprovação da prestação de contas, resultando o valor a ser restituído ao MinC de R\$ 187.
4. Convênio PRONAC 01-6118 (Convênio nº 366/2001): ainda estamos aguardando a análise técnico-financeira deste convênio. Os pagamentos a ele relacionados foram efetuados no período de janeiro de 2014 a dezembro 2016. Em 05/09/2018, recebemos o Ofício SEI 94/2018/CPCON/CGEXE/SPOA/SE-MINC com esclarecimentos acerca das reanálises dos convênios de que trata o Acordo de Confissão de Dívida e Parcelamento de Débito, por meio do qual informou-se que este Convênio ainda aguarda análise pelo Ministério da Cultura.
5. Convênio PRONAC 02-7605 (Convênio nº 178/2002): as 52 parcelas relativas a este convênio foram pagas no período de janeiro de 2014 a abril de 2018. Em 16/11/2017, foi recebido o Ofício SEI 330/2017/G6-Passivo/CGEXE/SPOA/SE-MINC, informando a reprovação da prestação de contas. Foi interposto recurso administrativo, que aguarda resposta. Em 05/09/2018, recebemos o Ofício SEI 94/2018/CPCON/CGEXE/SPOA/SE-MINC, que apresenta esclarecimentos acerca das reanálises dos convênios de que trata o Acordo de Confissão de Dívida e Parcelamento de Débito e informa que o Convênio 02-7605 encontra-se com pedido de revisão encaminhada pela conveniente sob análise.
6. Convênio PRONAC 02-8097 (Convênio nº 505/2002): em 20/12/2013, recebemos os Ofícios 378 e 379/GAB/SEFIC-MINC, indicando a aprovação da prestação de contas e a existência de um crédito para FBSP no montante de R\$ 63. Em 29/05/2017, por meio do Ofício SEI 129/2017/G6 - Passivo CGEXE/SPOA/SE-MINC, a FBSP foi informada do reexame dos convênios 344/1999 e 505/2002. Em 27/11/2017, por meio do Ofício SEI 285/2017/G6 - PASSIVO/CGEXE/SPOA/SE-MINC, a FBSP foi informada da re-aprovação da prestação de contas com crédito em seu nome.

7. Convênio PRONAC 02-8563 (Convênio nº 540/2002): ainda estamos aguardando a análise técnico-financeira deste convênio, sendo que já foram pagas 40 parcelas relativas a ele, no período de janeiro de 2015 e abril de 2018. Em 05/09/2018, recebemos o Ofício SEI 94/2018/CPCON/CGEXE/SPOA/SE-MINC com esclarecimentos acerca das reanálises dos convênios de que trata o Acordo de Confissão de Dívida e Parcelamento de Débito, por meio do qual fomos informados que o Convênio 02-8563 ainda aguarda análise pelo Ministério da Cultura.
8. Convênio PRONAC 03-6025 (Convênio nº 177/2003): ainda estamos aguardando a análise técnico-financeira deste convênio, sendo que já foram pagas 40 parcelas relativas a ele, no período de janeiro de 2015 a abril de 2018. Em 05/09/2018, recebemos o Ofício SEI 94/2018/CPCON/CGEXE/SPOA/SE-MINC com esclarecimentos acerca das reanálises dos convênios de que trata o Acordo de Confissão de Dívida e Parcelamento de Débito, por meio do qual fomos informados que o Convênio 03-6025 ainda aguarda análise pelo Ministério da Cultura.
9. Convênio PRONAC 04-1540 (Convênio nº 211/2004): as 40 parcelas relativas a este convênio foram pagas no período de janeiro de 2015 a abril de 2015. Em 18/06/2018, foi recebido o Ofício SEI 250/2018/G6-Passivo/CGEXE/SPOA/SE-MINC, informando que a prestação de contas do convênio foi reprovada parcialmente. Em 05/09/2018, recebemos o Ofício SEI 94/2018/CPCON/CGEXE/SPOA/SE-MINC com esclarecimentos acerca das reanálises dos convênios de que trata o Acordo de Confissão de Dívida e Parcelamento de Débito, por meio do qual fomos informados que o processo relativo ao Convênio 04-1540 ainda encontra-se em análise de recurso interposto pela convenente, em decorrência do grande volume de documentos a serem verificados.
10. Convênio PRONAC 04-6642 (Convênio nº 520/2004): ainda estamos aguardando a análise técnico-financeira deste convênio, sendo que já foram pagas 16 parcelas no período de janeiro de 2017 a abril de 2018. Em 05/09/2018, recebemos o Ofício SEI 94/2018/CPCON/CGEXE/SPOA/SE-MINC, com esclarecimentos acerca das reanálises dos convênios de que trata o Acordo de Confissão de Dívida e Parcelamento de Débito, por meio do qual fomos informados que o Convênio 04-6642 ainda aguarda análise pelo Ministério da Cultura.
11. Convênio PRONAC 05-3207 (Convênio nº 888/2005): em 24/12/2014, este convênio foi diligenciado para prestação de contas. A FBSP respondeu e aguarda análise de resposta de diligência. Os pagamentos relativos a esse convênio foram efetuados no período de maio à dezembro de 2013. Em 05/09/2018, recebemos o Ofício SEI 94/2018/CPCON/CGEXE/SPOA/SE-MINC com esclarecimentos acerca das reanálises dos convênios de que trata o Acordo de Confissão de Dívida e Parcelamento de Débito, por meio do qual fomos informados que o Convênio 05-3207 ainda aguarda análise pelo Ministério da Cultura.
12. Convênio PRONAC 06-6927 (Convênio nº 351/2005): em 02/06/2014, este convênio foi diligenciado para prestação de contas. A FBSP respondeu e aguarda análise de resposta de diligência. Os pagamentos relativos a esse convênio foram efetuados no período de maio a dezembro de 2013. Em 05/09/2018, recebemos o Ofício SEI 94/2018/CPCON/CGEXE/SPOA/SE-MINC com esclarecimentos acerca das reanálises dos convênios de que trata o Acordo de Confissão de Dívida e Parcelamento de Débito, por meio do

qual fomos informados da reprovação das contas do Convênio 06-6927, resultando o valor a ser restituído ao MinC de R\$ 187.

13. Convênio PRONAC 06-7151 (Convênio nº 399/2006): este convênio foi diligenciado para a prestação de contas. FBSP respondeu e aguarda análise de resposta da diligência. Os pagamentos relativos a esse convênio foram efetuados em 16 parcelas, pagas no período de janeiro de 2017 a abril de 2018. Em 05/09/2018, recebemos o Ofício SEI 94/2018/CPCON/CGEXE/SPOA/SE-MINC, com esclarecimentos acerca das reanálises dos convênios de que trata o Acordo de Confissão de Dívida e Parcelamento de Débito e informando que o Convênio 06-7151 ainda aguarda análise pelo Ministério da Cultura.
14. Convênio PRONAC 07-10110 (Convênio nº 557/2007): este convênio foi diligenciado em 23/05/2014 para a prestação de contas. A FBSP respondeu e aguarda análise de resposta de diligência. Os pagamentos relativos a este convênio foram efetuados no período de maio a dezembro de 2013. Em 05/09/2018, recebemos o Ofício SEI 94/2018/CPCON/CGEXE/SPOA/SE-MINC com esclarecimentos acerca das reanálises dos convênios de que trata o Acordo de Confissão de Dívida e Parcelamento de Débito, informando que o Convênio 07-10110 ainda aguarda análise pelo Ministério da Cultura.

Esclarece-se que, conforme a Nota 151/2016/CONJUR-MINC/CGU/AGU (SEI 0188853), qualquer saldo em favor do Ministério ou da conveniente só será apurado após a conclusão da análise das prestações de contas descritas na Cláusula Primeira do Acordo de Confissão de Dívida, quando serão tomadas as medidas cabíveis.

Ao contratar a auditoria externa a FBSP teve, em concordância com o MinC, os seguintes objetivos:

15. Reorganizar, formalmente, as prestações de contas dos 14 convênios, para que o MinC pudesse analisar novamente com maior agilidade e facilidade;
 16. Em um segundo momento, permitir a avaliação da melhor estimativa para o valor de despesas glosadas ou glosáveis, para que o MinC e a FBSP pudessem estabelecer as bases do acordo e iniciar os pagamentos;
 17. Permitir a FBSP sair da situação de inadimplência.
De maio de 2013 a abril de 2018, os pagamentos efetuados pela FBSP referentes ao acordo de confissão de dívidas e parcelamento de débitos somaram o total de R\$ 17.035, valor que representa a quitação de 100% da dívida, honrando os compromissos do acordo firmado com o MinC. Conforme enumerado acima, alguns convênios continuam em análise pela Secretaria Especial de Cultura para conclusão do processo.
- b. Instrumentos financeiros derivativos**
Durante os exercícios de 2019 e de 2018, a FBSP não operou com instrumentos financeiros derivativos.
 - c. Benefícios a empregados**
A FBSP não mantém planos de pensão, previdência privada ou qualquer outro plano de aposentadoria ou de benefícios para os empregados após sua saída.

d. Partes relacionadas

O Estatuto Social possui previsão de não remuneração dos membros do Conselho e da Diretoria. Dessa forma, a FBSP não concede nenhum tipo de remuneração, vantagens ou benefícios, direta ou indiretamente, por qualquer forma ou título, em razão de competências, funções ou atividades que lhes foram atribuídas pelos respectivos atos constitutivos a membros do Conselho ou Diretoria.

23 Eventos subsequentes

Desde o início de 2020, o surto de coronavírus, que é uma situação em rápida evolução, impactou adversamente as atividades econômicas globais. O rápido desenvolvimento e fluidez dessa situação impedem qualquer previsão como seu impacto final. Estes eventos podem ter um impacto adverso contínuo nas condições econômicas e de mercado e desencadear um período de desaceleração econômica global. A administração está monitorando os desenvolvimentos relacionados ao coronavírus e coordenando sua resposta operacional com base nos planos de continuidade das atividades existentes e nas orientações de organizações globais de saúde, governos relevantes e melhores práticas gerais de resposta a pandemia e os potenciais efeitos nas atividades da Fundação.

Luciana Guimarães
Superintendente Executiva

Amarildo Firmino Gomes
Contador
CRC 1SP186464/O-2